

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS DE 2020**  
**DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A.**

**1. ENQUADRAMENTO**

Em observância às disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal (CF) da DOCAPESCA – Portos e Lotas, S.A., (DOCAPESCA) dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas (R&C) e sobre o Relatório de Governo Societário (RGS).

A DOCAPESCA apresentou os anteditos documentos, relativos ao exercício de 2020, aprovados pelo Conselho de Administração (CA) a 10 de março de 2021, preparados de acordo com as orientações emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do ofício circular n.º SAI\_DGTF/2021/174 - DSPE, de 12 de janeiro de 2021, e com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nos termos dos Estatutos, aprovados em Assembleia Geral de 5 de junho de 2018, o órgão de fiscalização da DOCAPESCA é composto por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Atualmente o CF é constituído pelo Dr. Pedro Miguel Pinto Monteiro (presidente), pela Dra. Maria Gabriela Nunes Mendes Campos (vogal efetiva), eleitos em Assembleia Geral de 5 de junho de 2018, para o mandato 2018-2020, e pelo vogal efetivo Dr. André Joaquim Limas Ribas, designado por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) de 31 de julho de 2019<sup>1</sup>, para acompanhar o mandato em curso.

No âmbito das suas competências, o CF encetou o procedimento de seleção para a contratação do Revisor Oficial de Contas (ROC). Tal procedimento ficou concluído a 14 de agosto de 2018, tendo o CF deliberado, conforme exarado em ata daquela data, propor a nomeação de ROC ao Acionista.

Por DUE de 10 de dezembro de 2018, foi designada para o triénio 2018-2020 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) BDO & Associados, SROC, Lda<sup>2</sup>, para a prestação de serviços de auditoria e certificação legal das contas, tendo sido designada a Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC., Lda, como suplente, nos termos propostos pelo CF.

**2. ATIVIDADE FISCALIZADORA DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL**

O controlo efetuado pelo Conselho Fiscal, no decurso de 2020, no âmbito das suas competências, materializou-se, principalmente, pelo acompanhamento regular da gestão da sociedade e a atividade

---

<sup>1</sup> Na sequência da renúncia do outro vogal efetivo com efeitos a partir de 30 de julho de 2019.

<sup>2</sup> Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o n.º 29 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sob o n.º 20161384, representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias, registado na OROC com o n.º 725 e na CMVM com o n.º 20160361.

desenvolvida, destacando-se o seguinte:

- a) Recolhemos e analisámos todos os elementos julgados como convenientes e adequados ao bom entendimento das operações e obtivemos todos os esclarecimentos necessários junto da Administração e dos principais responsáveis da Empresa;
- b) Procedemos à análise das propostas de plano de atividades/investimentos e orçamento, e respetivas revisões, submetidos pela Empresa (para os exercícios de 2020 e 2021) e emitimos os respetivos pareceres;
- c) Analisámos e elaborámos os relatórios trimestrais de execução orçamental, sobre os controlos implementados, anomalias detetadas, desvios em relação ao previsto, necessidade de adoção de medidas corretivas e observância das orientações tutelares;
- d) Tomámos conhecimento das ações desenvolvidas pela Direção de Auditoria e Controlo Interno e dos relatórios emitidos e acompanhámos o processo de auditoria externa;
- e) Acompanhámos a preparação dos documentos de prestação de contas, que incorporam o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo Societário e as demonstrações financeiras;
- f) Atuámos em conformidade com o n.º 2 do artigo 420.º do CSC, fiscalizando o processo de revisão de contas através de reuniões regulares com o ROC e mantendo contacto permanente com este no decurso dos trabalhos;
- g) Realizámos 15 reuniões, das quais 3 através de meios telemáticos em alturas de restrições de deslocações em território nacional, decorrentes da imposição do Estado de Emergência em Portugal, com a presença de todos os membros CF, e consultámos todas as atas do CA.

### **3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

#### **Apreciação do relatório de gestão**

O Relatório, aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2021, e disponibilizado ao CF na mesma data, descreve, adequadamente, a atividade desenvolvida em 2020, o desempenho e a posição financeira da Empresa e apresenta, em ponto autónomo, informação quanto à observância das disposições legais e das orientações do acionista, cumprindo, no geral, com o disposto no artigo 66.º do CSC e com as instruções para a prestação de contas para 2020, transmitidas pela DGTF, através do ofício circular n.º SAI\_DGTF/2021/174 - DSPE, de 12 de janeiro de 2021.

A DOCAPESCA, preparou e apresentou as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), contemplando o Balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total do ativo de 39 279 226 euros e um total de capital próprio de 20 598 716 euros, incluindo um resultado líquido de 1 150 728 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o respetivo anexo, relativas ao ano findo naquela data.

A BDO & Associados, SROC, Lda, examinou as demonstrações financeiras e emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas em 15 de março de 2021, que faz parte integrante do presente relatório, teor com o qual o CF concorda, incluindo a opinião com reserva, que subsiste de anos anteriores, relacionada com o processo de integração do extinto Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IPTM, I.P. (IPTM) e a ênfase relacionada com a pandemia provocada pela doença COVID-19.

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do CSC, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado, no exercício de 2020, no montante de 1 150 728,31 euros seja aplicado da forma seguinte:

- 230 145,66 euros para Reservas Legais, correspondendo a 10 %, definidos estatutariamente (cf. alínea a) do artigo 18.º dos Estatutos), e mais 10%, visando atingir 20% do Capital Social (cf. n.º 1 do artigo 295.º do CSC);
- 920 582,65 euros para a conta de Resultados Transitados.

### **Atividade**

Em 2020, transacionaram-se nas diversas lotas da DOCAPESCA, 91 mil toneladas de pescado, correspondendo a 195 milhões de euros (M€) de valor de venda de pescado, ficando aquém dos valores atingidos no ano transato<sup>3</sup>, traduzindo um preço médio de 2,14€. Salienta-se, no entanto, o facto de 2019 ter sido um dos melhores anos de sempre em termos de pescado transacionado.

A Empresa apenas reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado que resultam da aplicação de taxas<sup>4</sup>, sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar pelos armadores/pescadores e compradores.

### **Investimento**

Em 2020, o montante de investimento realizado pela DOCAPESCA totalizou 5 813 mil euros, do quais 4 037 mil euros de natureza específica. Tais níveis de execução ficaram 11,4% abaixo do total de investimento previsto para 2020<sup>5</sup>.

### **Desempenho financeiro**

De forma a verificar o desempenho financeiro da DOCAPESCA, apreciou-se a evolução das principais rubricas de rendimentos, gastos e respetivos resultados alcançados no período de 2020 face a 2019, bem como o comportamento dos principais indicadores.

Sinteticamente, em 2020, a DOCAPESCA apresentou o desempenho financeiro seguinte:

---

<sup>3</sup> Em 2019, foram transacionadas 113 mil toneladas de pescado, no montante de 212 M€, traduzindo um preço médio de 1,89€.

<sup>4</sup> Fixadas pelas Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril e n.º 495/2008, de 23 de junho.

<sup>5</sup> A execução dos investimentos correntes ficou 35,3% acima do previsto e os investimentos específicos ficaram 23,1% abaixo do previsto, tendo em conta a Revisão do PAO 2020 efetuada, em junho de 2020, no âmbito dos impactos da Pandemia por COVID-19, aprovada pelo CA em 24 de junho de 2020.

**Quadro 1 - Demonstração de desempenho financeiro e indicadores**

Unidade: 10<sup>3</sup> euros

RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS	2020	2019	Δ 20/19	
			Valor	(%)
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>25 835</b>	<b>27 183</b>	<b>-1 348</b>	<b>-5,0%</b>
Vendas e Serviços Prestados	25 546	26 951	-1 405	-5,2%
Subsídios à exploração	289	232	57	24,4%
Variação nos inventários da produção	0	-1	1	82,3%
<b>Gastos operacionais</b>	<b>-21 306</b>	<b>-21 292</b>	<b>-14</b>	<b>-0,1%</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-443	-565	122	21,5%
Fornecimentos e serviços externos	-8 065	-8 466	401	4,7%
Gastos com o pessoal	-12 798	-12 261	-537	-4,4%
<b>Outros rendimentos e gastos</b>	<b>472</b>	<b>604</b>	<b>-132</b>	<b>-21,8%</b>
Imparidades	56	-55	111	201,5%
Provisões	-77	0	-77	n.a.
Outros rendimentos	2 528	2 445	82	3,4%
Outros gastos	-2 034	-1 786	-249	-13,9%
<b>Resultados</b>			<b>0</b>	<b>n.a.</b>
<b>EBITDA</b>	<b>5 001</b>	<b>6 495</b>	<b>-1 494</b>	<b>-23,0%</b>
Amortizações, depreciações e reversões	-3 478	-3 404	-75	-2,2%
<b>EBIT</b>	<b>1 523</b>	<b>3 091</b>	<b>-1 568</b>	<b>-50,7%</b>
Resultado financeiro	-2	-13	12	87,9%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 521</b>	<b>3 078</b>	<b>-1 557</b>	<b>-50,6%</b>
Impostos	-370	-951	580	61,0%
<b>Resultado líquido</b>	<b>1 151</b>	<b>2 127</b>	<b>-976</b>	<b>-45,9%</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas

Em 2020, o resultado líquido apurado fixou-se em 1 151 mil euros, traduzindo um decréscimo de 976 mil euros (-45,9%) face a 2019 (2 127 mil euros). Tal redução ficou a dever-se, sobretudo à redução de -1 405 mil euros do volume de negócios e serviços prestados (-5,2%), em particular pela quebra registada na 1ª venda de pescado (tarifas) em relação ao período homólogo, repercutindo-se nos rendimentos operacionais que registaram um decréscimo de 1 348 mil euros (-5%).

Os gastos operacionais atingiram 21 306 mil euros, mantendo-se praticamente ao nível do registado em 2019, expressando um acréscimo de 14 mil euros. Tal resultou, do agravamento dos gastos com o pessoal em 537 mil euros (+4,4%) que acabaram por ser compensados quase na sua totalidade pelas reduções registadas nas rubricas, custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e fornecimentos e serviços externos em -122 e -401 mil euros, respetivamente.

A rubrica outros rendimentos e gastos atingiu 472 mil euros, reduzindo 132 mil euros (-21,8%) face a 2019. Tal variação resultou, sobretudo, da redução de imparidades de dívidas a receber em 70,5 mil euros, por via da reversão das imparidades constituídas, anteriormente, e o aumento dos outros rendimentos em 82 mil euros, no entanto, tais incrementos não se mostraram suficientes para acomodar a nova provisão constituída no montante de 77 mil euros para fazer face à impugnação de taxas cobradas e os outros gastos que aumentaram 249 mil euros.

Em 25 de novembro de 2019, a DOCAPESCA transferiu verbas no montante de 300 000 euros<sup>6</sup>, para o

<sup>6</sup> Prevista na Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (LOE 2019) e autorizada por DUE, de 7 de agosto de 2019.

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA), para cooperação institucional, contabilizada em outros gastos do exercício. Por outro lado, em 2020 foi regularizado o montante de 448 mil euros à APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA) correspondente ao reconhecimento de gastos com dragagens no porto de pesca costeira de Aveiro, faturadas por igual montante à própria APA, nos termos do acordo celebrado, justificando em parte o aumento ocorrido nos outros gastos.

Em 2020, em resultado do comportamento das anteditas rubricas, o EBITDA e EBIT cifraram-se em 5 001 e 1 523 mil euros, traduzindo um decréscimo de -23% e -50,7%, respetivamente, em relação a 2019.

### **Posição financeira**

No que tange à posição financeira da DOCAPESCA, importa salientar que, em 31 de dezembro de 2020, o processo de integração do extinto Instituto Português e dos Transportes Marítimos, IPTM, I.P. (IPTM) ainda se encontrava em curso<sup>7</sup>.

Entre 2016 e 2020, a Empresa efetuou a integração dos bens patrimoniais inerentes às viaturas, embarcações e equipamento de movimentação portuária, porém os restantes bens patrimoniais e dominiais carecem ainda de inventariação e avaliação por parte de entidade externa, nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, desconhecendo-se, no final de 2020, o impacto que tal possa ter nas demonstrações financeiras.

Não contempla, também, o impacto que a potencial transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades municipais possa ter no âmbito do processo de descentralização.

Sobre esta matéria, a DOCAPESCA encontra-se a aguardar a conclusão do processo de descentralização, para então proceder à avaliação do património que permanece na sua esfera de atuação, ou seja, que não venha a ser incluído nas transferências a realizar para as Autarquias.

No 1º semestre de 2019, a DOCAPESCA concretizou a aquisição da participação financeira<sup>8</sup>, na qualidade de associada fundadora, na Associação (sem fins lucrativos) “Smartocean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar”, tendo subscrito 58 unidades de participação (de um total de 215) a 2 500 euros cada, num valor total de 145 000 euros, correspondendo a 27% do capital da associação, desconhecendo-se, à data, o justo valor da participação.

A 31 de dezembro de 2020, a DOCAPESCA evidenciava um ativo total de 39 279 226 euros, passivo total de 18 680 510 euros e um capital próprio de 20 598 716 euros.

Destaca-se no ativo não corrente, o aumento da rubrica ativos fixos tangíveis em 3 515 mil euros (+17,9%) em resultado da boa execução do plano de investimentos em 2020 e ao nível do ativo corrente o aumento da rubrica clientes em 680 mil euros (+24,1%), contrapondo com a diminuição registada ao nível das disponibilidades em -833 mil euros (-12,4%).

Ao nível do capital próprio destaca-se, em 2020, o aumento ocorrido no montante de 3 031 mil euros (+17,3%), em resultado do aumento da reserva legal (+425 mil euros) e dos resultados transitados

---

<sup>7</sup> O n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, estipula o prazo de 18 meses, após entrada em vigor do diploma, para identificação e avaliação de bens e direitos transmitidos do ex-IPTM.

<sup>8</sup> Na sequência da DUE do acionista, de 28 de dezembro de 2018.

(+1 569 mil euros) proveniente da aplicação do resultado líquido positivo atingido em 2019 (2 127 mil euros), bem como do aumento de 2 014 mil euros ocorrido em outras variações no capital próprio, contrapondo com a diminuição do resultado líquido que sofreu uma redução de -976 mil euros, relativamente a 2019.

No final de 2020, o saldo de provisões constituídas ascendia a 1 167 mil euros, apresentando-se cerca de 77 mil euros acima do exercício anterior, dos quais 528 mil euros respeitavam à melhor estimativa da Empresa, com o exfluxo de recursos que espera incorrer com os processos judiciais que transitaram do ex-IPTM, 160 mil euros respeitante a duas provisões relacionadas com o processo de integração do ex-IPTM e 479 mil euros para fazer face a riscos e encargos (348 mil euros para pagamento de imposto municipal sobre imóveis – IMI, 77 mil euros para impugnação das taxas cobradas por 2 clientes e 54 mil euros para cobertura do sinistro ocorrido com o *Travel Lift* de Portimão).

No decurso de 2020, o passivo não corrente registou uma diminuição com responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de -289 mil euros e um incremento de outras dívidas a pagar de 557 mil euros, tendo, no total, aumentado cerca de 344 mil euros face a 2019. Já o passivo corrente registou uma diminuição de 242 mil euros, justificando-se, essencialmente, pela redução de 275 mil euros registada na rubrica Estado e outros entes públicos.

Em termos de fluxos financeiros, em 2020, o *cash flow* libertado pelas atividades operacionais no montante de 3 359 mil euros, foi insuficiente para cobrir os exfluxos incorridos com as atividades de investimento e de financiamento nos montantes de 4 175 e 17 mil euros, respetivamente, gerando no período uma variação de caixa e seus equivalentes negativa em -833 mil euros.

#### 4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA

##### Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

Apesar de não terem sido celebrados contratos de gestão para o ano de 2020, o CA regeu a sua atuação pelo Plano de Atividades e Orçamento para 2020 (PAO 2020)<sup>9</sup>. De acordo com a informação constante no R&C, a Empresa indica ter atingido um grau de cumprimento dos objetivos de 117,8%, conforme apresenta o quadro seguinte:

**Quadro 2 – Indicadores de gestão propostos pela DOCAPESCA**

EIXO/ OBJETIVO	Peso objetivo	Objetivos de gestão 2020				
		Proposto	Executado	Execução (%)	Execução	
<b>Indicadores financeiros</b>	<b>50%</b>				<b>78,3%</b>	
	Volume de negócios <sup>1</sup> (€)	10%	22 911 567	25 546 082	111,5%	11,1%
Eixo 4	Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de negócios (€) <sup>2</sup>	10%	94,6%	83,4%	111,8%	11,2%
	PMP (dias)	10%	35	33	105,7%	10,6%
	Resultado líquido (€)	10%	-1 988 741	1 150 728	257,9%	25,8%
	EBITDA superior ao de 2018 (€)	5%	1 760 889	5 001 259	284,0%	14,2%
	Taxa de cofinanciamento Investimentos	5%	43,5%	46,9%	107,8%	5,4%
<b>Indicadores de atividade</b>	<b>50%</b>					<b>39,5%</b>
Eixo 1	Desenvolvimento sustentável e inovação	25%	100%	58%	58,0%	14,5%
Eixo 2	Modernização, qualidade e segurança	20%	100%	100%	100,0%	20,0%
Eixo 3	Desempenho organizacional	5%	100%	100%	100,0%	5,0%
<b>Total</b>	<b>100%</b>					<b>117,8%</b>

<sup>1</sup>Volume de negócios= 71 vendas + 72 Prestação de Serviços.

Fonte: Documentos de prestação de contas

<sup>9</sup> Aprovado em Assembleia Geral de 30 de abril de 2020, tendo sido objeto de revisão em junho de 2020 aprovada através da Deliberação Social Unânime por Escrito datada de 23 de outubro de 2020.

No entanto, importa esclarecer que na revisão do PAO 2020, a empresa fez uma revisão muito conservadora dos seus indicadores, derivado das enormes incertezas iniciais quanto aos impactos da Pandemia na sua atividade normal, prevalecendo a cautela e a prudência.

No decurso de 2020, a Empresa através da monitorização da sua atividade foi observando um comportamento menos pessimista do que o inicialmente previsto, apresentando níveis de execução dos seus indicadores acima do projetado.

### **Gestão do Risco Financeiro**

Em virtude da reduzida utilização do financiamento bancário registada nos últimos anos, os respetivos encargos financeiros têm vindo a ser diminutos, ascendendo a 3 125 euros em 2020, igualando 2019.

### **Limite de crescimento do endividamento**

A DOCAPESCA não tem qualquer contrato de financiamento celebrado, dispondo apenas de um descoberto bancário em depósitos à ordem no montante de 1 250 mil euros no Millennium BCP, que não foi utilizado no ano de 2020, não sendo relevante o recurso a instrumentos de gestão de risco.

### **Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos**

Em 2020, o prazo médio de pagamentos situou-se nos 33 dias traduzindo um desagravamento em 6 dias em relação ao verificado em 2019 (39 dias), não existindo naquele período dívidas a pagamento com prazo superior a 90 dias.

Uma vez que o PMP se encontra abaixo de 45 dias, considera-se cumprido o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

### **Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista**

Na segunda sessão da Assembleia Geral de 21 de abril, que reuniu a 30 de abril de 2020, o acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2019, atentas as reservas expressas na Certificação Legal das Contas, recomendando ao Conselho de Administração que diligenciasse no sentido de:

- i. apresentar um Relatório sobre as ações tomadas para a resolução das situações identificadas pelo Auditor Externo nas notas do “Relatório de Conclusões e Recomendações – Ano de 2019”;
- ii. assegurar o cumprimento do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019, aprovado através do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, nomeadamente no que concerne à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, incluindo a menção à consulta prévia à Parpública, quando aplicável, em futuros Relatórios de Gestão e Contas.

De acordo com a informação constante no R&C, a Empresa indica as medidas adotadas visando dar cumprimento às referidas recomendações, estando em fase de conclusão o relatório sobre as ações tomadas para a resolução das situações identificadas pelo Auditor Externo (conclusão prevista para março de 2021) e;

No âmbito do disposto da alínea c) do n.º 3 do art.º 158.º, do DLEO 2019, a empresa voltou a apresentar uma redução, face ao exercício anterior, dos gastos com contratação de estudos,

pareceres, projetos e consultoria, salvaguardando, quando adquiriu tais serviços, o n.º 1 e n.º 2 do artigo 49.º do DLEO 2019.

#### **Remunerações**

A DOCAPESCA evidencia ter dado cumprimento às orientações relativas às remunerações vigentes em 2020 para órgãos sociais e auditor externo.

#### **Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)**

A DOCAPESCA indica ter dado cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP.

#### **Realização de despesas não documentadas ou confidenciais**

No exercício de 2020, a Empresa não apresentou qualquer tipo de despesa não documentada ou confidencial.

#### **Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens**

A Empresa apresentou e divulgou o relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE).

#### **Relatório anual sobre prevenção de corrupção**

Em 2019, a DOCAPESCA elaborou um novo Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas), aprovado pelo CA em 22 de janeiro de 2020, adaptado à nova estrutura organizacional da Empresa, tendo contratado uma entidade externa para o efeito.

A Empresa tem apresentado e divulgado os relatórios anuais sobre prevenção da corrupção conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), encontrando-se em fase de finalização o relatório de execução de 2020 do plano.

#### **Contratação pública**

Em matéria de contratação pública, a DOCAPESCA indica ter aplicado o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e subsequentes alterações.

#### **Sistema Nacional de Compras Públicas**

A DOCAPESCA aderiu à ESPAP/ANCP, em 9 de agosto de 2012.

#### **Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais**

O artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO 2019), que vigorou para 2020, determina:

No n.º 1 – *“Para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios deve ser igual ou inferior ao verificado em 2018 sem prejuízo do disposto no número seguinte.”*

No n.º 3 – *“...devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2018 os seguintes gastos operacionais:*

a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;

b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;

c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.”

No n.º 4 – “O acréscimo dos gastos operacionais referidos no número anterior apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente sustentadas em análise custo-benefício, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa.”

Com efeito, com as devidas adaptações, comparando com o exercício de 2019 as anteditas rubricas apresentaram o comportamento que consta do quadro seguinte:

**Quadro 3 – Eficiência Operacional**

Unidade: euros

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2020	2020		2019	2018	Δ 20/19	
		Orc. <sup>1</sup>				Valor	(%)
<b>EBITDA</b>	5 001 259	1 760 889	6 494 954	5 717 690	-1 493 695	-23,0%	
<b>CMVMC</b>	442 976	489 428	564 578	724 439	-121 602	-21,5%	
<b>FSE</b>	8 065 096	8 383 051	8 466 267	8 317 003	-401 171	-4,7%	
<b>Gastos com o pessoal</b>	12 798 195	12 795 554	12 261 024	12 146 170	537 171	4,4%	
Indemnizações pagas por rescisão	151 000	149 333	178 840	211 500	-27 840	-15,6%	
Valorizações remuneratórias	92 028	92 028	78 991		13 036	16,5%	
Impacto da aplicação dos IRCT	44 144	44 144			44 144	n.a.	
Gastos com o Conselho Fiscal (a partir 5 de junho de 2018)	54 464	56 406	54 216	38 820	248	0,5%	
<b>Gastos com o pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional</b>	12 456 559	12 453 644	11 948 976	11 895 849	507 583	4,2%	
Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e GcP)	155 866	130 982			155 866	n.a.	
<b>Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional</b>	20 808 765	21 195 141	20 979 821	20 937 291	-171 056	-0,8%	
<b>Volume de negócios (VN)</b>	25 546 082	22 911 567	26 950 995	27 101 015	-1 404 913	-5,2%	
Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19	473 519	2 793 352			473 519	n.a.	
<b>Volume de negócios para efeitos de apuramento da eficiência operacional</b>	26 019 601	25 704 919	26 950 995	27 101 015	-931 394	-3,5%	
<b>Eficiência operacional (GO/VN)</b>	80,0%	82,5%	77,8%	77,3%		+2,1 p.p.	
<b>Conjunto de gastos operacionais previstos nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019</b>							
Deslocações e alojamento (FSE)	6 185	14 675	22 288	23 838	-16 102	-72,2%	
Ajudas de custo (GcP)	13 259	20 260	25 108	19 584	-11 848	-47,2%	
Gastos com a frota automóvel <sup>2</sup>	159 245	195 528	176 084	170 842	-16 839	-9,6%	
<b>Subtotal de gastos alínea b)</b>	178 689	230 463	223 479	214 264	-44 790	-20,0%	
Estudos e pareceres	4 938	1 000	1 400	6 255	3 538	252,7%	
Projetos	5 000	22 000	10 087	86 682	-5 087	-50,4%	
Consultoria	59 915	87 088	98 828	59 700	-38 913	-39,4%	
<b>Subtotal de gastos alínea c)</b>	69 853	110 088	110 315	152 637	-40 463	-36,7%	
<b>Total de gastos alínea b) e c)</b>	248 542	340 551	333 794	366 901	-85 252	-25,5%	

<sup>1</sup>Revisão aprovada em 23 de outubro de 2020.

<sup>2</sup>Inclui rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Fonte: Documentos de prestação de contas

Em 2020, o indicador de eficiência operacional<sup>10</sup> situou-se nos 80% deteriorando-se em 2,1 p.p. em relação a 2019 (77,8%), no entanto, quando comparado com o orçamentado para o mesmo período (82,5%) verifica-se um desempenho favorável de 2,5 p.p..

<sup>10</sup> Rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios.

Apesar do decréscimo dos gastos operacionais (-0,8%), o agravamento daquele indicador, face a 2019, deve-se, sobretudo, ao volume de negócios que sofreu um decréscimo de -1 405 mil euros (-5,2%), em particular pela quebra registada na 1ª venda de pescado (tarifas) em relação ao período homólogo (2019) que, conforme referido, foi um dos melhores anos de sempre no que respeita ao pescado transacionado.

Por outro lado, os gastos com o pessoal, corrigidos dos efeitos das indemnizações, da reposição do Acordo de Empresa e das valorizações remuneratórias, registaram um acréscimo de 4,2% face a 2019, no entanto, salienta-se que, o acionista aprovou o aumento destes gastos no momento de aprovação do PAO 2020 e da sua revisão até ao limite orçamentado (12 795,6 mil euros), não sendo, portanto, comparável com 2019 e representando um acréscimo de 0,02% face ao previsto.

O conjunto de gastos previstos na alínea b) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019, registou um decréscimo de -44 790 euros (-20%) face a 2019, tendo todas as rubricas registado diminuições, em resultado da situação pandémica vivida que implicou fortes restrições à circulação.

Quanto aos gastos previstos na alínea c) do antedito preceito, os mesmos ficaram -40 463 euros (-36,7%) abaixo do registado em 2019.

A DOCAPESCA terminou o ano de 2020 com 505 trabalhadores<sup>11</sup>, igualando o ano transato.

No final de 2020, a frota automóvel da DOCAPESCA era composta por 40 viaturas mais 3 em relação a 2019 (37 viaturas), pelo facto da Empresa ainda não ter procedido ao abate das viaturas substituídas.

#### **Cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado**

Através do ofício n.º SGC – 2018/9193, de 04 de junho de 2018, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., informou a DOCAPESCA que foi proferido despacho de autorização parcial de exceção ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), estando autorizada a recorrer à banca comercial, no entanto o valor das receitas geradas deve ser transferido semanalmente para as contas detidas na tesouraria do Estado

No final de 2020, uma vez que o decreto-lei de execução de orçamental para este exercício não fora publicado, a Empresa solicitou, junto do IGCP, dispensa do cumprimento deste princípio.

Em 18 de dezembro de 2020, por despacho, o IGCP excecionou a DOCAPESCA do cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021, somente para os valores:

- a) Dos descobertos bancários;
- b) Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos de caução à ordem de terceiros;
- c) Objeto dos contratos de recolha de valores celebrados com a banca comercial, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para contas de DOCAPESCA no IGCP.

Assim, no final de 2020, o total de disponibilidades (depósitos à ordem) ascendia a 5 867 mil euros, encontrando-se fora da tesouraria do Estado 488 mil euros (8,3%).

---

<sup>11</sup> Inclui órgãos sociais e dirigentes.

### **Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas**

De acordo com a informação constante do R&C, nos últimos três anos, a DOCAPESCA não foi objeto de qualquer auditoria por parte do Tribunal de Contas.

### **Plano para a igualdade**

A Empresa apresentou e divulgou o seu Plano para a Igualdade e não Discriminação, para o biénio 2020-2021<sup>12</sup>, conforme disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

### **Elaboração e divulgação da demonstração não financeira**

Desde 2010 que a DOCAPESCA prepara, de acordo com as normas *Global Report Initiative* (GRI), e divulga os relatórios de sustentabilidade, tendo apresentado o de 2010 e os relativos aos biénios 2011-2012, 2013-2014 e 2015-2016.

No entanto, a DOCAPESCA não elaborou o antedito relatório para o período 2017-2018, encontrando-se, presentemente, a preparar o relativo ao período 2017-2020, esperando divulgá-lo no final do 1.º semestre de 2021.

### **Acontecimentos após a data do balanço**

Tendo por base a reavaliação da situação epidemiológica no país, o Governo Português em 13 de janeiro de 2021, à semelhança de outros Estados, determinou um conjunto de medidas extraordinárias visando mitigar a propagação da pandemia precavendo a saúde pública, restringindo determinadas atividades bem como a mobilidade de pessoas, que implicará uma retração da economia. Tal situação configura, ainda, um cenário de incerteza, constituindo assim um fator de risco e cujos efeitos poderão refletir-se ao nível da posição e desempenho financeiro da Empresa, ao não ocorrerem como seria expectável, no entanto, à data, não se vislumbra que tal possa comprometer a continuidade da Empresa, bem como o cumprimento de quaisquer responsabilidades.

## **5. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO**

Em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE, o CF é da opinião que o Relatório do Governo Societário de 2020 da DOCAPESCA inclui informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – Secção II do antedito diploma e que foi elaborado em conformidade com o modelo disponibilizado pela UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

## **6. PARECER**

Face ao que precede, e considerando a informação disponibilizada ao CF, no âmbito das suas competências, conclui-se que o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2020 refletem de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a atividade da Sociedade e a sua situação económica e financeira.

Destaca-se, no entanto, o facto de não se encontrar integralmente cumprido o disposto no n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, bem como a opinião com reservas constante da

---

<sup>12</sup> Aprovado pelo CA, em 16 de setembro de 2020.

Certificação Legal das Contas, emitida pelo ROC em 15 de março de 2021, decorrentes da assunção pela DOCAPESCA das atribuições e competências do extinto IPTM, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, relacionadas com o impacto da futura integração dos ativos provenientes do extinto IPTM e ainda não avaliados, dos saldos de clientes e responsabilidades com processos judiciais e a ênfase relacionada com a pandemia provocada pela doença COVID-19.

Em consequência do acima referido, o CF é de parecer favorável que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2020, apresentados pelo Conselho de Administração da DOCAPESCA, atenta a opinião com reservas e a ênfase constante da Certificação Legal das Contas;
- Pondere a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão;
- Proceda à apreciação geral da administração e da fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi prestada ao longo de 2020, pelo Conselho de Administração e demais colaboradores da DOCAPESCA.

Lisboa, 15 de março de 2021

Presidente,



Pedro Pinto Monteiro

Vogal,



Maria Gabriela Campos

Vogal,



André Ribas

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo 1</b>	Balanço em 31 de dezembro 2020
<b>Anexo 2</b>	Demonstração individual dos resultados por naturezas em 31 de dezembro 2020
<b>Anexo 3</b>	Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro 2020
<b>Anexo 4</b>	Investimento em 31 de dezembro de 2020
<b>Anexo 5</b>	Informação estatística do pescado transacionado – janeiro a dezembro de 2020

## ANEXO 1 – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade: euros

Ativo	2020	2019	Δ 20/19	
			Valor	(%)
Investimentos financeiros	145 000	145 000	0	0,0%
Ativos fixos tangíveis	23 175 030	19 659 786	3 515 244	17,9%
Ativos intangíveis	295 485	262 728	32 757	12,5%
Outros investimentos financeiros	53 596	32 343	21 253	65,7%
Ativos por impostos diferidos	584 345	649 381	-65 036	-10,0%
<b>Ativo não corrente</b>	<b>24 253 456</b>	<b>20 749 238</b>	<b>3 504 218</b>	<b>16,9%</b>
Inventários	96 891	125 228	-28 337	-22,6%
Clientes	3 498 559	2 818 169	680 390	24,1%
Estado e outros entes públicos	388	414	-26	-6,2%
Outras créditos a receber	5 374 160	5 535 410	-161 250	-2,9%
Diferimentos	157 783	186 661	-28 878	-15,5%
Caixa e depósitos bancários	5 897 990	6 730 770	-832 781	-12,4%
<b>Ativo corrente</b>	<b>15 025 770</b>	<b>15 396 651</b>	<b>-370 881</b>	<b>-2,4%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>39 279 226</b>	<b>36 145 889</b>	<b>3 133 337</b>	<b>8,7%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
Capital realizado	8 528 400	8 528 400	0	0,0%
Reserva legal	682 434	257 042	425 392	165,5%
Resultados transitados	3 271 864	1 703 342	1 568 521	92,1%
Outras variações no Capital Próprio	6 965 289	4 951 606	2 013 683	40,7%
Resultado líquido do período	1 150 728	2 126 962	-976 233	-45,9%
<b>Total do capital próprio</b>	<b>20 598 716</b>	<b>17 567 352</b>	<b>3 031 364</b>	<b>17,3%</b>
Provisões	1 167 120	1 090 430	76 689	7,0%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2 597 088	2 886 137	-289 049	-10,0%
Outras dívidas a pagar	1 905 538	1 348 975	556 563	41,3%
<b>Passivo não corrente</b>	<b>5 669 746</b>	<b>5 325 543</b>	<b>344 203</b>	<b>6,5%</b>
Fornecedores	863 631	733 216	130 415	17,8%
Estado e outros entes públicos	1 660 028	1 934 636	-274 608	-14,2%
Outras dívidas a pagar	10 467 105	10 562 806	-95 701	-0,9%
Diferimentos	20 000	22 336	-2 336	-10,5%
<b>Passivo corrente</b>	<b>13 010 765</b>	<b>13 252 994</b>	<b>-242 230</b>	<b>-1,8%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>18 680 510</b>	<b>18 578 537</b>	<b>101 973</b>	<b>0,5%</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>39 279 226</b>	<b>36 145 889</b>	<b>3 133 337</b>	<b>8,7%</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas

**ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Unidade: euros

Rendimentos e Gastos	2020	2019	Δ 20/19	
			Valor	(%)
Vendas e serviços prestados	25 546 082	26 950 995	-1 404 913	-5,2%
Subsídios à exploração	289 076	232 334	56 742	24,4%
Variação nos inventários da produção	-123	-697	574	82,3%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-442 976	-564 578	121 602	21,5%
Fornecimentos e serviços externos	-8 065 096	-8 466 267	401 171	4,7%
Gastos com o pessoal	-12 798 195	-12 261 024	-537 171	-4,4%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-14 458	-26 548	12 090	45,5%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	70 545	-28 706	99 251	345,7%
Provisões (aumentos/reduções)	-76 689	0	-76 689	n.a.
Outros rendimentos	2 527 592	2 445 269	82 323	3,4%
Outros gastos	-2 034 499	-1 785 823	-248 675	-13,9%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>5 001 259</b>	<b>6 494 954</b>	<b>-1 493 695</b>	<b>-23,0%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3 478 431	-3 403 694	-74 737	-2,2%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>1 522 828</b>	<b>3 091 260</b>	<b>-1 568 432</b>	<b>-50,7%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	6 738	6 892	-154	-2,2%
Juros e gastos similares suportados	-8 352	-20 268	11 916	58,8%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 521 215</b>	<b>3 077 884</b>	<b>-1 556 669</b>	<b>-50,6%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-370 487	-950 923	580 436	61,0%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 150 728</b>	<b>2 126 962</b>	<b>-976 233</b>	<b>-45,9%</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas

**ANEXO 3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Unidade: euros

	2020	2019	Δ 20/19	
			Valor	(%)
Recebimentos de clientes	30 735 798	32 358 562	-1 622 764	-5,0%
Pagamentos a fornecedores	-10 958 315	-12 837 338	1 879 022	14,6%
Pagamentos ao pessoal	-13 109 190	-12 712 582	-396 608	-3,1%
Caixa geradas pelas operações	6 668 293	6 808 642	-140 350	-2,1%
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento	-853 385	-632 059	-221 326	-35,0%
Outros recebimentos / pagamentos	-2 455 717	-3 060 393	604 676	19,8%
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>3 359 191</b>	<b>3 116 191</b>	<b>243 000</b>	<b>7,8%</b>
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-6 550 390	-4 652 521	-1 897 870	-40,8%
Ativos intangíveis	-5 314	-3 453	-1 861	-53,9%
Investimentos financeiros		-156 083	156 083	100,0%
Recebimentos provenientes de:				
Subsídios ao investimento	2 380 691	143 292	2 237 399	1561,4%
Juros e rendimentos similares		1	-1	-100,0%
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>-4 175 013</b>	<b>-4 668 763</b>	<b>493 750</b>	<b>10,6%</b>
Pagamentos respeitantes a:				
Juros gastos similares	-16 959	-7 848	-9 110	-116,1%
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>-16 959</b>	<b>-7 848</b>	<b>-9 110</b>	<b>-116,1%</b>
Variações de caixa e seus equivalentes	-832 781	-1 560 421	727 640	46,6%
Caixa e seus equivalentes no início do período	6 730 770	8 291 191	-1 560 421	-18,8%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5 897 990	6 730 770	-832 781	-12,4%

Fonte: Documentos de prestação de contas

**ANEXO 4 – INVESTIMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Unidade: euros

Local investimento (janeiro a dezembro de 2020)	Corrente		Taxa de execução	Específico		Taxa de execução	Total		Taxa de execução
	Executado	Previsto		Executado	Previsto		Executado	Previsto	
DLPP do Algarve	413 113	397 500	3,9%	1 199 358	1 640 000	-26,9%	1 612 471	2 037 500	-20,9%
DLPP do Centro Norte	213 100	123 000	73,3%	562 080	591 850	-5,0%	775 180	714 850	8,4%
DLPP do Norte	273 100	93 750		187 093	420 000	-55,5%			
DLPP Matosinhos	138 584	82 500	68,0%	267 223	355 000	-24,7%	405 807	437 500	-7,2%
DLPP Centro Sul	197 938	127 500	55,2%	431 852	580 104	-25,6%	629 790	707 604	-11,0%
DLPP do Centro	230 101	108 750	111,6%	1 302 525	1 451 033	-10,2%	1 532 626	1 559 783	-1,7%
Outros Projetos Específicos	310 426	379 500	-18,2%	86 717	212 000	-59,1%	397 143	591 500	-32,9%
<b>Total</b>	<b>1 776 361</b>	<b>1 312 500</b>	<b>35,3%</b>	<b>4 036 848</b>	<b>5 249 987</b>	<b>-23,1%</b>	<b>5 813 209</b>	<b>6 562 487</b>	<b>-11,4%</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas

Unidade: euros

Investimento total (janeiro a dezembro de 2020)	Execução	Previsto	Taxa de execução	
			Valor	%
Específico	4 036 848	5 249 987	-1 213 139	-23,1%
Correntes	1 776 361	1 312 500	463 861	35,3%
<b>Total</b>	<b>5 813 209</b>	<b>6 562 487</b>	<b>-749 278</b>	<b>-11,4%</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas

**ANEXO 5 – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DO PESCADO TRANSACIONADO**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

Delegações e postos	jan - dez 2020			jan - dez 2019			Δ 20/19 (%)		
	Volume (10 <sup>6</sup> Kg)	Valor (10 <sup>6</sup> €)	Preço Médio (€/Kg)	Volume (10 <sup>6</sup> Kg)	Valor (10 <sup>6</sup> €)	Preço Médio (€/Kg)	Volume	Valor	Preço Médio
Norte	2	8	3,30	3	9	3,34	-13,0%	-14,0%	-1,2%
Matosinhos	9	17	1,92	13	25	1,93	-31,1%	-31,3%	-0,2%
Centro Norte	15	27	1,79	18	31	1,73	-16,6%	-13,8%	3,4%
Centro	18	44	2,45	15	42	2,71	15,4%	4,5%	-9,5%
Centro Sul	32	49	1,52	43	52	1,21	-24,8%	-5,1%	26,3%
Sul	14	50	3,46	20	53	2,59	-29,9%	-6,5%	33,4%
<b>TOTAL</b>	<b>91</b>	<b>195</b>	<b>2,14</b>	<b>113</b>	<b>212</b>	<b>1,89</b>	<b>-19,4%</b>	<b>-8,3%</b>	<b>13,7%</b>

Fonte: Informação Estatística - dezembro de 2020

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Docapesca - Portos e Lotas, SA (adiante também designada por Docapesca ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total do ativo de 39 279 226 euros e um total de capital próprio de 20 598 716 euros, incluindo um resultado líquido de 1 150 728 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

Com a publicação do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro, a DOCAPECA assumiu as funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio anteriormente sujeitos à jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), bem como todos os bens, direitos e obrigações afetos ao referido Instituto. Tal como referido na Nota 1.3 do Anexo, o processo de integração encontra-se ainda em curso, tendo em 2020 sido reconhecidos 81 455 euros referentes a clientes. Assim, as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2020, conforme detalhado na Nota 28 do Anexo, refletem alguns saldos decorrentes desse processo, nomeadamente Outras variações no capital próprio no total de 633 785 euros (430 015 euros em 2019), fundamentalmente com integração de saldos de clientes e responsabilidades com processos judiciais e outras responsabilidades. Os bens patrimoniais e dominiais, com exceção, das viaturas, das embarcações e dos equipamentos de movimentação portuária, não foram ainda integrados por não se encontrarem ainda avaliados, pelo que não é possível concluir sobre os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras resultantes dessa integração, bem como dos ajustamentos que possam vir a ser necessários efetuar relativamente aos saldos já reconhecidos. Esta situação configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

Na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de alguns contratos de concessão celebrados com Administrações Portuárias, a Empresa assume a responsabilidade pela manutenção das infraestruturas móveis e imóveis, assumindo por isso encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis sobre as referidas infraestruturas. Uma vez que não é possível determinar nem o valor patrimonial tributário dos bens nem as possíveis isenções em sede de IMI, a empresa não está em condições de determinar o potencial montante a pagar. Em exercícios anteriores e para bens registados antes da integração foi utilizado como base o valor de aquisição e constituída uma provisão, no montante de cerca de 348 375 euros, a qual não foi objeto de qualquer reforço ou reversão no corrente ano, conforme referido na nota 14 do Anexo. Dado que não dispomos de elementos que nos permitam aferir a razoabilidade de tal montante, e considerando que a estimativa efetuada pelos Serviços, para além de não ter sido atualizada em 2020, não tomou em consideração a totalidade das infraestruturas envolvidas, não nos foi possível desenvolver procedimentos alternativos suscetíveis de apurar o montante de responsabilidades que poderão estar envolvidas, bem como a suficiência, ou insuficiência, da provisão constituída. Esta situação configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### **Ênfase**

Relativamente à Pandemia Covid-19, são divulgados no Relatório de Gestão e na nota 16 do anexo às demonstrações financeiras, os respetivos riscos, plano de contingência, medidas, impactos e incertezas, sendo que, de acordo com a informação disponível, o Conselho de Administração entende que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes do subsequente agravamento da Pandemia no início de 2021 não colocam em causa a continuidade das operações da Docapesca. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o

desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de março de 2021



---

Pedro Aleixo Dias, em representação de  
BDO & Associados, SROC, Lda.